



DESTAQUE RURAL Nº 67

10 de Julho de 2019

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE TERRAS EM CONTEXTO DE RISCOS CLIMÁTICOS: DESAFIOS E CENÁRIOS FUTUROS

Uacitissa Mandamule

O desastre climático provocado pela passagem do ciclone Idai pela região centro do país, no passado dia 14 de Março de 2019, e as intensas chuvas que se lhe seguiram, vieram, mais uma vez, inscrever Moçambique nas estatísticas dos países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. Os distritos de Búzi, Nhamatanda, Dondo, Muanza, Sussundenga e a cidade da Beira, a terceira maior do país, foram os mais afectados, onde, para além de mais de 600 óbitos oficiais, houve a destruição de diversas infra-estruturas públicas e privadas e habitações, assim como a devastação de extensas áreas de produção. Esta situação deixou milhares de produtores sem a sua principal fonte de subsistência, a terra, e em risco de segurança alimentar.

Este Destaque Rural tem por objectivo apresentar os desafios colocados à gestão e administração de terras em contextos de crise, como a provocada por este evento climático extremo, o ciclone IDAI. O estudo centrou-se no distrito de Nhamatanda, na Província de Sofala

1. HISTÓRICO DOS CICLONES E CHEIAS EM MOÇAMBIQUE

Nas últimas décadas, Moçambique tem sido sistematicamente afectado por calamidades naturais, de dimensão destruidora. A título de exemplo, no ano 2000, toda a zona Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e em 2001, novas cheias afectaram a região centro, particularmente a província de Sofala. Aqui também, as consequências foram registadas em termos de destruição de infra-estruturas socioeconómicas, perda de vidas humanas e deslocação e migração forçada de várias famílias. Desde então, outras cheias e ciclones foram igualmente registados, cujo resumo se encontra na tabela abaixo:

Tabela 1: Lista de ciclones e tempestades nos últimos vinte anos.

| Ano(s) | Designação | Zonas afectadas |
|-------------|-------------------------------|---------------------------|
| 1990 – 2000 | Ciclone Connie | Maputo |
| | Ciclone Eline | Sofala |
| | Ciclone Glória | Zona Sul |
| | Ciclone Huddah | Sofala e Zambézia |
| 2000 – 2001 | Tempestade Dera | Nampula |
| 2002 – 2003 | Ciclone Japhet | Inhambane e Manica |
| 2006 - 2007 | Ciclone Fávio | Inhambane |
| 2007 – 2008 | Ciclone Jokwe | Zambézia |
| 2011 – 2012 | Ciclone Funso | Zambézia e Cabo Delgado |
| 2013 – 2014 | Tempestades tropicais | Zambézia e Cabo Delgado |
| 2016 – 2017 | Ciclone Dineo | Inhambane |
| 2017 – 2018 | Depressão tropical (sem nome) | Zambézia |
| 2019 | Ciclone Idai | Sofala, Manica e Zambézia |
| | Ciclone Kenneth | Cabo Delgado |

Fonte: Mozambique News Reports & Clippings (2019)¹.

Existe consenso sobre o facto de estes eventos resultarem do fenómeno de mudanças climáticas. Com o aquecimento global, as temperaturas das águas do Canal de Moçambique, que banham toda a zona costeira do país, de Norte a Sul, têm estado a aumentar, contribuindo para a ocorrência dos ciclones e tempestades tropicais acima apresentados (Mozambique news reports & clippings, 2019). Pode-se ver que os locais frequentemente afectados (Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, etc.) são também zonas com boas condições agro-ecológicas e onde a agricultura constitui a principal actividade das famílias.

No caso do ciclone Idai, um dos principais desafios que se coloca ao Estado, para além da necessária ajuda humanitária, é o reassentamento das populações que se viram forçadas a abandonar as suas habitações e campos de cultivo.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE AS FAMÍLIAS AFECTADAS²

O ciclone Idai afectou milhares de famílias, com consequências no acesso à terra. Para além da destruição de habitações e infra-estruturas, públicas e privadas, houve a destruição de campos de cultivo, locais sagrados e de culto e áreas de pasto.

O quadro 1, a seguir, mostra o número de famílias e pessoas afectadas por localidade, no distrito de Nhamatanda. Os dados indicam que a Vila Sede, a localidade de Siluvo e o Posto Administrativo de Tica foram os locais onde houve maior registo de famílias afectadas.

¹ Mozambique News Reports & Clippings. Número 454. 26 de Abril de 2019. Disponível em bit.ly/mozamb. Acesso a 30 de Maio de 2019.

² Última actualização de Maio 2019.

Tabela 1: Número de famílias e pessoas afectadas por localidade no distrito de Nhamatanda

| Posto/Local. | Nr. de pessoas afectadas actualizado (03/05/2019) | |
|--------------|---|----------------|
| | Famílias | Pessoas |
| Vila Sede | 12.559 | 62.781 |
| Siluvo | 10.810 | 50.636 |
| Matenga | 4.156 | 15.967 |
| Metuchira | 8.060 | 40.558 |
| Lamego | 8.014 | 29.847 |
| Bebedo | 4.716 | 19.309 |
| Macorococho | 1.932 | 13.722 |
| Nhampoca | 5.650 | 28.250 |
| Chiadeia | 1.775 | 11.450 |
| Chirassicua | 3.553 | 16.052 |
| Tica | 9.325 | 46.970 |
| Total | 70.550 | 335.542 |

Fonte: Governo do Distrito de Nhamatanda (2019)³.

Como forma de dar resposta à crise provocada pelo ciclone e cheias, foram estabelecidos 51 centros de abrigos, que acolheram cerca de 56.444 pessoas. Entretanto, este número de centros de acomodação foi gradualmente reduzindo de 52 para 10 em apenas duas semanas, uma vez que a pressão era reassentar as populações em locais definitivos e incentivá-las a produzir com os poucos meios existentes.

Simultaneamente, é de mencionar a preocupação do Governo em enviar rapidamente as pessoas para os seus locais de origem, para se prepararem para produzir para a 2ª época, reduzindo a dependência pela ajuda de parceiros da cooperação e do Governo. É assim que um número considerável de pessoas regressou às zonas de origem e muitos centros de acomodação temporária foram desactivados. Das 11.262 famílias recenseadas na altura da ocorrência do ciclone IDAI e das cheias, representando um total de 56.444 pessoas, em finais de Maio apenas 461 famílias, totalizando 2.218 famílias, aguardavam pelo reassentamento.

No centro de acomodação Água Rural, 150 famílias regressaram às suas casas e 163 foram reassentadas. O centro de acomodação de Otcha-Otcha, na localidade de Tica, foi desactivado, e reassentadas 57 famílias que ainda não tinham regressado às suas zonas; as outras 29, que se encontravam no mesmo centro, já haviam regressado às suas residências. Em Metuchira foram demarcados 255 talhões e reassentadas 225 famílias. Os terrenos atribuídos têm uma dimensão de 30m X 30m. Actualmente, restam ainda dois centros de acomodação, nomeadamente Jone Segredo e Muda Mutemarega, onde estão por reassentar 243 e 161 famílias, respectivamente.

³ Governo do Distrito de Nhamatanda (2019). Ponto de situação de emergência Ciclone Idai.

3. ALGUNS DESAFIOS PÓS-CICLONE AO NÍVEL DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE TERRAS

Para além dos aspectos macroeconómicos e sociais, os eventos climáticos extremos que se verificaram, trazem também desafios para a governança de terras, aos quais as instituições de administração e gestão de terras deverão, urgentemente, responder. Os desafios ou cenários apresentados a seguir foram identificados à luz dum diagnóstico de campo, efectuado nas zonas afectadas do distrito de Nhamatanda, a saber:

- a. ***A redução da disponibilidade de terras cultiváveis e insegurança alimentar*** constituem um dos impactos directos dos eventos climáticos extremos, sejam estes ciclones, cheias, secas ou outros. Para além de forçarem a deslocação de várias famílias das suas áreas de habitação, estes eventos resultam no reduzido acesso às terras cultiváveis, que tendem a tornar-se cada vez mais raras e concorridas.

O número de explorações detidas e a área cultivada por família também reduz, colocando as famílias em risco de insegurança alimentar e de criação de bolsas de fome. Dados dos Serviços Distritais de Actividades Económicas do distrito de Nhamatanda (2019), por exemplo, indicam que, em consequência do ciclone Idai e das cheias que sucederam àquele, cerca de 114.252 ha de machambas e culturas diversas, com destaque para os cereais (milho e mapira), foram severamente afectadas. Da área de produção planificada, foram perdidos 86.076 ha de terra, o equivalente a cerca de 76% do total. Em termos de produção, 35.294 famílias foram afectadas, tendo sido perdidas 234.301 toneladas de produtos agrícolas diversos.

- b. ***O aumento dos conflitos sobre a ocupação de terras*** acontecerá, por um lado, em resultado do aumento da competição pelo acesso a zonas baixas, com vista ao plantio de culturas de segunda época e, por outro lado, devido à efectividade dos direitos titulados.

Assim, os conflitos sobre os limites, sobretudo nas machambas, os conflitos de direitos de uso sobre o mesmo espaço tenderão a aumentar. Muitos dos registos físicos de direitos à terra ficaram, parcial ou totalmente, danificados ou perdidos, porque os marcos usados para separar uma parcela de outra, que nas zonas rurais são, muitas vezes, imaginários ou fixados com base em elementos como árvores, casas, rios, etc., foram destruídos pela força dos ventos e das chuvas, tornando difícil a identificação dos limites anteriormente existentes, sem considerar que possam vir a existir situações de oportunistas.

Por outro lado, serão registados conflitos de poder pela gestão local do território. Porque novas unidades administrativas são criadas, exigindo também a presença de uma autoridade responsável pelo seu controlo. Os conflitos pelo controlo do território entre as lideranças já existentes e as criadas em contexto dos desastres climáticos, serão observados, como já verificado em alguns dos centros de reassentamento no distrito de Nhamatanda.

- c. ***O recrudescimento dos mercados informais de terras e movimentos migratórios***, resultando numa maior transacção dos direitos de acesso e posse da terra e deslocação das pessoas. De facto, a redução da disponibilidade de terras cultiváveis e o aumento da procura por terras aumentarão o valor da terra, e por conseguinte, as transacções do tipo compra e venda e arrendamento tornar-se-ão mais onerosas. O empréstimo de terra será cada vez mais raro,

sendo os camponeses forçados a migrar para outras áreas, mais distantes daquelas em que se encontravam inicialmente, outros optando por emigrar para as cidades.

- d. ***A concentração de pessoas em novos territórios conduzirá a uma maior pressão sobre recursos naturais*** (madeira para construção, lenha, abate de floresta para abertura de campos agrícolas), aumentando os problemas socioambientais.
- e. ***As desigualdades no acesso à terra e diferenciação social*** poderão acentuar-se, aumentando com as mutações sociais e a precariedade devido à falta de emprego e de terras férteis para continuar com as actividades agrícolas.
- f. ***A ocorrência de conflitos pelo acesso à água*** será um desafio maior, depois das disputas de terras intra-familiares, inter-comunitárias e entre populações e as grandes empresas nas áreas agrícola, indústria extractiva e mineração. Assim como a terra, a água é um recurso escasso, cujo acesso e utilização são objecto de conflito. Já são, por exemplo, mencionadas situações de conflito entre agricultores e mineradores artesanais na localidade de Matenga, distrito de Nhamatanda.

4. SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES

Face ao risco do aumento da pressão sobre a terra e água e da ocorrência de conflitos de acesso e ocupação, em resultado de catástrofes naturais, recomenda-se:

- Fortalecimento de mecanismos de apoio aos pequenos agricultores para a retoma das actividades agrícolas e recuperação dos sistemas de irrigação e abastecimento de água. Aceleração dos processos de titulação individual e delimitação de terras comunitárias, apostando na atribuição de títulos com cadastro de terras digitalizado, capazes de garantir segurança de posse e resistir aos efeitos das cheias e outros eventos climáticos extremos.
- A monitoria da implementação do programa “Terra Segura”, através de estudos e trabalho de campo. Importa aferir os níveis de execução do programa e os impactos alcançados em termos de segurança de acesso, uso e posse da terra, redução e prevenção de conflitos e estabilidade social.
- A organização e sistematização do cadastro de Terras a nível dos Distritos, Postos Administrativos e Localidades para melhor conhecimento das áreas ocupadas e prevenção de conflitos resultantes de dupla atribuição de Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT).
- Capacitação das autoridades comunitárias e técnicos do sector de terras em matérias de prevenção, gestão e resolução de conflitos.
- Criação de planos de comunicação e anúncio de desastres naturais e de evacuação das populações.
- Criação de planos de ordenamento do território que definam as zonas de risco, tendo em conta as experiências acumuladas nas últimas décadas.
- O reforço da coordenação institucional para permitir a acessibilidade aos dados disponíveis pelos diferentes departamentos da Administração Pública responsáveis pela gestão de Terras e questões ligadas aos reassentamentos das populações afectadas.